

Senado aprova indicados de Lula ao Cade e ao Banco Central

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (12) os dois indicados do Palácio Planalto ao BC (Banco Central) e os quatro escolhidos a vagas de conselheiros do Tribunal Administrativo do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Paulo Picchetti vai chefiar a área de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do BC no lugar de Fernanda Guardado. Rodrigo Alves Teixeira substituirá Mauricio Moura na diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.

Já o grupo indicado ao Cade foi sabatinado nesta terça pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) em

sessão marcada por declarações de senadores de apoio, pelo fortalecimento e pela independência técnica do conselho.

As atividades do Cade estão paralisadas desde o começo de novembro por falta de quórum mínimo para as votações. Encerrados à época os mandatos de quatro conselheiros, o tribunal passou a contar com apenas 3 dos 7 deles, o que impede a apreciação dos principais processos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou Diego Thomson de Andrade, atual superintendente-geral adjunto do Cade; José Levi do Amaral Júnior, que foi AGU (Advogado-Geral da União) durante o governo Jair Bolsonaro (PL) e atualmente secre-

tário-geral da presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral); Camila Pires Alves, que foi economista-chefe do Cade; e Carlos Jacques, consultor do Senado Federal.

Eles vão substituir Luis Henrique Bertolino Braido, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman, Sérgio Costa Ravagnani e Lenisa Rodrigues Prado, respectivamente.

Thomson está como superintendente-adjunto desde 2012, mesmo ano em que o atual ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Vinicius de Carvalho, assumiu a presidência da autarquia. Ele é procurador federal da AGU (Advocacia-Geral da União) e foi o procurador junto ao Cade entre 2007 e 2010.

Folhapress



Economia



Salário mínimo poderá ser de R\$ 1.412 em 2024, com efeito fiscal em R\$ 35 bilhões, diz especialista

Página - 03

Pressionada por alimentos, inflação de novembro sobe para 0,28%

Página - 03



À espera da Nestlé, Copenhagen “ganha” um presente de Natal e acelera abertura de lojas

Página - 05

McDonald's planeja chegar a 50 mil de restaurantes até 2027

Pág - 05



Política

Câmara condiciona MP de Haddad à votação de vetos e liberação de emendas

Página - 04

Lula pede discurso e Tarcísio agradece ‘cheque’ de R\$ 10 bi para obras em SP

Página - 04

No Mundo

Milei suspende propaganda oficial e corta 34% dos cargos públicos



O novo presidente Javier Milei vai suspender a propaganda oficial em meios de comunicação da Argentina por um ano, seguindo o que prometeu durante sua campanha. O anúncio foi feito na terça-feira (12) pelo porta-voz da Casa Rosada, Manuel Adorni, em entrevista coletiva, que agora ocorrerá diariamente.

Então candidato, Milei se referiu a veículos de mídia públicos, os quais quer privatizar, como “ministério da propaganda encoberto”.

Seu porta-voz afirmou ainda que a redução de cargos federais será de 34%, mas não soube dizer com precisão quanto será economizado, já

que os contratos e nomeações acabam de começar a ser revisados. A conta se refere ao corte de 18 para 9 ministérios, de 106 para 54 secretarias e de 182 para 140 subsecretarias.

“O objetivo é fazer o impossível no curtíssimo prazo para evitar a catástrofe”, declarou Adorni, dizendo que os funcionários que não queiram fornecer informações sofrerão as “sanções correspondentes”, sem detalhar quais. A intenção é também verificar eventuais “contratações irregulares” feitas no último ano pela gestão de Alberto Fernández.

Na segunda (11), o porta-voz já havia informado que o governo começará a exigir 100% de presença desses em-

pregados no escritório e que “o emprego militante acabará”, expressão pela qual foi questionado. “É o emprego que todos sabemos que nasce por questões políticas, de caixa e de campanha. [...] É preciso acabar com essa lógica de ver como normal coisas que não são”, respondeu.

Ele também repetiu a frase “dentro da lei tudo, fora da lei nada” ao ser indagado sobre como serão tratadas manifestações maciças contra os cortes, já agendadas para os dias 19 e 20 por sindicatos e “piqueteiros” um conjunto de organizações de esquerda que usa o fechamento de ruas como forma de protesto desde a década de 1990.

Júlia Brabon/Folhapress

Rússia perdeu quase 90% das tropas que tinha antes da invasão da Ucrânia, indica inteligência dos EUA



A Rússia perdeu 87% do número total de tropas terrestres em serviço ativo que tinha antes de iniciar a invasão contra a Ucrânia e dois terços dos seus tanques, disse à CNN uma fonte familiarizada com uma avaliação desclassificada (não confidencial) da inteligência dos Estados Unidos fornecida ao Congresso.

Dos 360 mil soldados que entraram na Ucrânia, incluindo pessoal contratado e recrutado, a Rússia perdeu 315 mil no campo de batalha, de acordo com a avaliação da inteligência dos EUA.

Enquanto isso, 2.200 dos 3.500 tanques foram perdidos, e 4.400 dos 13.600 ve-

ículos de combate de infantaria e veículos blindados de transporte de pessoal também foram destruídos, uma taxa de perdas de 32%. Ainda assim, apesar das pesadas perdas de soldados e equipamento, o presidente russo, Vladimir Putin, está determinado a continuar avançando, à medida que a guerra se aproxima dos dois anos de duração.

Além disso, autoridades norte-americanas alertam que a Ucrânia continua profundamente vulnerável. A contra-ofensiva ucraniana estagnou durante o outono, e as autoridades dos EUA acreditam que é pouco provável que Kiev obtenha grandes ganhos nos próximos meses.

A avaliação, enviada ao

Capitólio na segunda-feira (11), ocorre no momento em que alguns republicanos se recusam a aprovar que os EUA forneçam financiamento adicional para a Ucrânia. Enquanto isso, a administração Biden lança pressão em tribunal para tentar obter financiamento suplementar através do Congresso.

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, está em Washington nesta terça-feira (12), onde se reuniu com legisladores e terá um encontro com o presidente Joe Biden, em uma tentativa desesperada de garantir a ajuda militar e econômica, que o líder europeu diz ser vital para a capacidade da Ucrânia de manter a luta contra a Rússia. CNN

Israel localiza depósito de armas do Hamas em Gaza

O presidente americano, Joe Biden, criticou duramente o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, em um gesto de ruptura com a abordagem que a Casa Branca vinha adotando em relação ao seu principal aliado no Oriente Médio desde a eclosão da guerra, após os ataques de 7 de outubro pelo grupo terrorista Hamas.

O americano disse Israel está perdendo apoio da comunidade internacional em razão do bombardeio indiscriminado de Gaza. Biden afirmou ainda que Netanyahu tem uma decisão ser difícil a ser tomada e precisa mudar.

“Esse é o governo mais conservador da história de Israel”, disse o presidente, complementando que o governo do país não quer uma solução de dois Estados -proposta apoiada por Washington.

As declarações ocorreram nesta terça (12) na capital americana durante um evento de arrecadação de

fundos para a campanha presidencial do próximo ano.

Diante das crescentes críticas às operações militares em Gaza, que já provocaram a morte de mais de 15 mil civis palestinos, segundo autoridades locais, os EUA vêm recalibrando seu discurso. Logo após o início da guerra, Biden declarou apoio total a Israel, que se traduziu em repasse de recursos militares e financeiros, apoio às Forças Armadas Israelenses, e veto a pedidos de um cessar-fogo pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desde 7 de outubro, Biden e Netanyahu têm conversado com frequência por telefone, e o americano chegou a fazer uma visita a Israel para demonstrar o apoio de Washington ao país. Nas últimas semanas, porém o teor dessas conversas têm mudado, com a Casa Branca pressionando o aliado a levar em conta em sua ofensiva em Gaza preocupações humanitárias com seu impacto sobre a população civil.

Fernanda Perrin/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Salário mínimo poderá ser de R\$ 1.412 em 2024, com efeito fiscal em R\$ 35 bilhões, diz especialista



Com o novo cálculo da política de valorização permanente, o salário mínimo poderá passar dos atuais R\$ 1.320 deste ano para R\$ 1.411,95 em 2024. O valor, no entanto, é R\$ 9,05 a menos do que os R\$ 1.421 que constam no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional em agosto.

Os números foram calculados pelo ex-diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) e economista-chefe da Warren Rena Felipe Salto.

A política de valorização do salário mínimo, sancionada em agosto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), leva em conta a inflação e o resultado do

PIB de dois anos anteriores.

O valor é calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses encerrados em novembro do ano anterior ao reajuste, somados ao resultado do PIB. Segundo os números divulgados nesta terça-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o INPC ficou em 3,85%, somados ao PIB de 2022, que ficou em 3% em valores corrigidos.

O resultado é um salário mínimo de R\$ 1.411,95 com efeito fiscal de R\$ 35 bilhões, mas que já estava previsto pela equipe econômica no documento enviado ao Congresso Nacional.

Alessandro Azzoni, conselheiro da Associação Comercial de São Paulo

(ACSP), ainda lembra que o salário mínimo serve para indexar também os reajustes da Previdência Social.

Segundo ele, além dos trabalhadores que têm contrato e recebem o salário mínimo, também terão esse reajuste as aposentadorias e os benefícios de prestação continuada (BPC), vinculados ao piso nacional.

De acordo com o especialista, o risco que se corre quando há busca para melhorar as receitas sem conter gastos, é um aumento muito maior nas despesas obrigatórias.

“Quando você aumenta as despesas obrigatórias para 2024, automaticamente reduz os recursos para os gastos discricionários. Então, isso pode afetar as políticas do governo federal”, disse. CNN

Adiantamento de precatórios gera economia de R\$ 33 bi e efeito positivo na dívida, diz Fazenda



O Ministério da Fazenda prevê, em estudo divulgado nesta terça-feira (12), que o adiantamento do pagamento de precatórios deve fazer o governo economizar cerca de R\$ 33,7 bilhões, que seriam acumulados em juros e correção monetária caso o montante fosse quitado em 2027.

Em 2021, ainda sob Jair Bolsonaro (PL), foi promulgada uma Emenda Constitucional que estabeleceu um teto para pagamento de precatórios. O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu em novembro que o governo Lula quite o estoque atual de precatórios e pague essas dívidas além do teto de 2024 a 2026.

O estudo ainda indica que o adiantamento dos pagamentos suaviza impactos fiscais e

Pressionada por alimentos, inflação de novembro sobe para 0,28%

A inflação oficial de novembro ficou em 0,28%, uma aceleração em relação a outubro, quando foi de 0,24%. A alta no preço dos alimentos foi o que mais impactou o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado na terça-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado de 12 meses, o IPCA soma 4,68%.

O IPCA mede a inflação para famílias com renda de até 40 salários mínimos. O resultado de 12 meses está dentro do limite da meta do governo, de 3,25% com tolerância de 1,5%, ou seja, até 4,75%.

Alimentos e bebidas

Dos nove grupos de produtos e serviços analisados pelo IBGE, seis tiveram aumento de preços. O destaque ficou com o item alimentos e bebidas, com elevação de 0,63% - mais que

o dobro de outubro (0,31%). A alta representou 0,13 ponto percentual (pp) no IPCA, a inflação oficial do país.

O gerente da pesquisa do IBGE, André Almeida, aponta o fator clima como responsável pela variação positiva de preços. “As temperaturas mais altas e o maior volume de chuvas em diversas regiões do país são fatores que influenciam a colheita de alimentos, principalmente os mais sensíveis ao clima, como é o caso dos tubérculos, legumes e hortaliças”, disse.

Os preços no subgrupo alimentação no domicílio subiram 0,75%, pressionados pela cebola (26,59%), batata-inglesa (8,83%), arroz (3,63%) e carnes (1,37%). Apresentaram queda o tomate (-6,69%), a cenoura (-5,66%) e o leite longa vida (-0,58%).

Já a alimentação fora de casa subiu 0,32%, alta menor que a de outubro: 0,42%.

Bruno de Freitas Moura/ABR



monetários da seguinte maneira: caso as dívidas fossem quitadas em 2027, de uma só vez, estima-se, que o governo derramaria na economia R\$ 201,6 bilhões.

Segundo a Fazenda, o impulso fiscal traria “forte reação contracionista da política monetária, com efeito em 2028”. Na prática, o pagamento concentrado poderia levar o Banco Central (BC) a elevar juros, com temores sobre inflação.

Com a decisão do STF, o governo pagaria R\$ 94 bilhões em 2023, R\$ 34,2 bilhões em 2025 e R\$ 39,7 bilhões em 2026. O efeito distribuído no tempo suavizaria o impacto fiscal e a resposta da autoridade monetária.

Em termos numéricos, com o adiantamento, em 2023 haveria desvio positivo na ati-

vidade econômica entre 0,24 e 0,28 ponto percentual (p.p.). Os efeitos seriam parcialmente neutralizados nos anos à frente, com reação contracionista da política monetária.

Por um lado, sem o impacto do pagamento integral, em 2027 a economia teria menor impulso fiscal, com perda entre 1,62 p.p. e 1,79 p.p.; por outro, ao evitar a resposta do Banco Central, teria desvio positivo de 2,4 p.p. em 2028. No longo prazo (2032), os cenários tendem a convergir.

A Fazenda defende o efeito está sobre a dívida do governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Com o adiantamento, a relação variaria para baixo entre 0,84 p.p. e 1,28 p.p. na comparação com o “cenário base” (com pagamento integral em 2027).

CNN

Política

Câmara condiciona MP de Haddad à votação de vetos e liberação de emendas



Líderes partidários da Câmara dos Deputados fizeram chegar ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que a MP (medida provisória) que altera as regras de subvenção do ICMS só andará no Congresso após o Executivo cumprir acordos que, segundo os parlamentares, foram descumpridos com vetos presidenciais.

O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou a interlocutores que a matéria só será apreciada pelos deputados no plenário da Casa após o governo deixar derrubar vetos que, segundo líderes do centrão, não foram acordados previamente. Principalmente os de matérias como o novo arcabouço fiscal, o Carf

(Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e a desoneração da folha.

Em reunião com líderes da Câmara na tarde da terça-feira (12), o presidente da Casa também disse, segundo relatos, que a matéria não andará até que o Palácio do Planalto pague emendas extras, que foram herdadas por Lula após o fim das emendas de relator.

Na avaliação dos líderes, há uma demora do Executivo em liberar esses recursos.

Essa MP é a principal medida da agenda defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) na reta final do ano para elevar a arrecadação federal. A pasta projeta que a proposta pode gerar R\$ 35 bilhões aos cofres públicos em 2024. Essa insatisfação dos líderes ocorre em um momento

em que o governo tem pressa para aprovar a medida, uma vez que o recesso parlamentar começa no próximo dia 22.

Antes de ser levada ao plenário da Câmara, no entanto, a matéria tem que ser votada em comissão mista (formada por deputados e senadores).

Uma sessão do colegiado que estava prevista para ocorrer na terça (12) foi adiada para a manhã desta quarta (13), frustrando expectativas de parlamentares governistas.

O relator da matéria, deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), ainda não apresentou o seu parecer. Segundo relatos, no entanto, não há grandes problemas no mérito da proposta -o que estaria travando o seu andamento são as questões políticas.

César Feitoza/Folhapress

Lula pede discurso e Tarcísio agradece 'cheque' de R\$ 10 bi para obras em SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), atendeu a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e discursou na terça-feira (12) durante evento no Palácio do Planalto sobre investimentos de bancos públicos nos estados.

Tarcísio agradeceu a aprovação de financiamento de R\$ 10 bilhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para obras de transporte em São Paulo.

“O presidente me escolheu porque estou levando o maior cheque”, disse Tarcísio. “Isso significa tempo de viagem economizado, maior produtividade, maior tempo do trabalhador em casa”, disse o governador sobre o investimento.

Previsto no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o projeto do primeiro trem intercidades de São Paulo receberá R\$ 6,4

bilhões do BNDES. Ainda de acordo com banco, outros R\$ 3,6 bilhões irão custear a aquisição de 44 novos trens para a expansão da Linha 2-Verde do Metrô de São Paulo.

“A gente fica muito satisfeito de ver esses projetos viabilizados, o PAC é instrumento para isso”, disse Tarcísio.

“Em operações de crédito, por ente público, foram R\$ 32,1 bilhões em 16 estados e R\$ 24,3 bilhões em 805 municípios de 25 estados”, afirma nota da Presidência sobre os investimentos.

O cerimonial do Planalto chegou a anunciar que Lula discursaria antes do presidente pedir para o governadores.

Após o discurso de Tarcísio, o presidente disse que a “fotografia” dele e dos governadores, incluindo da oposição, era importante. “Eu nunca concebi alguém querer administrar um país do tamanho do Brasil sem levar em conta a existência destes entes federados”, disse Lula.

Folhapress



Lira defende reforma administrativa como ‘último pilar’ a ser aprovado



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça-feira (12) que a reforma administrativa é a última PEC (proposta de emenda à Constituição) estruturante que o Congresso precisa aprovar após uma sequência de reformas serem analisadas pelo Legislativo.

“Esses debates que estamos democraticamente e institucionalmente fazendo eram para trazer ao debate, sem nenhum tipo de preconceito e protecionismo, essa discussão -que é o último pilar das reformas que precisamos fazer”, disse.

Lira disse que, além das receitas, o Congresso precisa

organizar suas pautas para fazer uma “revisitação de nossas despesas”.

As declarações foram dadas durante evento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), em Brasília, chamado “Construindo Consenso: caminhos para a reforma administrativa no Brasil”.

Durante o pronunciamento, o presidente da Câmara reforçou que a reforma administrativa em discussão no Congresso “não mexe em direito adquirido de quem quer que esteja no serviço público”.

Ele ainda chamou de “vendeta” as acusações de que o Congresso pretende “exterminar o serviço público no Brasil”.

O presidente do TCU

(Tribunal de Contas da União), ministro Bruno Dantas, também participou do evento. Ele disse que não se pode falar em equilíbrio fiscal sem tratar sobre as despesas.

“Falarmos só em ampliação da receita é miopia, porque ataca só uma das frentes, não a outra. É preciso também que essa pauta importante [reforma administrativa] retorne à ordem do dia, que é falar como podemos fazer mais com menos.”

Dantas destacou que as instituições precisam respeitar o “programa de governo que foi apoiado pelas urnas”, em uma citação às posições defendidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

César Feitoza/Folhapress

À espera da Nestlé, Kopenhagen “ganha” um presente de Natal e acelera abertura de lojas



Os tempos em que a Páscoa reinava como a data mais significativa para empresas de chocolates ficaram para trás. Na Kopenhagen, marca pertencente ao grupo CRM, o Natal deste ano ultrapassará a Páscoa como o período de maior faturamento na história da empresa. Pela primeira vez, o Papai Noel superou o Coelho da Páscoa.

O crescimento previsto para esta temporada festiva é 30% maior do que no ano anterior. Notavelmente, todas as vendas de Natal foram acordadas oito meses atrás, quando os pedidos foram fechados para a produção na indústria.

Atualmente, o foco está na execução do plano operacional para garantir que as lojas vendam entre 90% e 95% de seus estoques até o tão

aguardado “dia D”. Renata Vichi, sócia e CEO do grupo CRM, destaca que o Natal já supera um pouco a importância da Páscoa, representando, juntamente com esta última, quase 60% do faturamento anual da empresa. Em uma entrevista, ela revela que, de 2019 a 2022, a empresa cresceu 60% em vendas nas mesmas lojas e dobrou seu tamanho de negócio.

Vichi também ressalta que o investimento para tornar este Natal memorável é de R\$ 10 milhões, o dobro do ano anterior. Esse valor abrange a inovação para a criação de 20 novos produtos, incluindo 12 da Kopenhagen e oito da Brasil Cacau, com destaque para o panetone de damasco com amêndoas, apresentado em uma embalagem contendo bombons de chocolate.

Além disso, a maior parte desse investimento foi direcionada para um evento na rua Oscar Freire, em São Paulo, com 11 horas de duração no dia 10 de dezembro, proporcionando uma parada “ao estilo Disney” com mais de 300 bailarinos e o tema “liberdade para criar”. A CEO espera atrair de 60 mil a 70 mil pessoas, marcando presença no calendário da cidade.

Quanto à estratégia de crescimento, a empresa projeta um faturamento de R\$ 1,7 bilhão para este ano, com expectativa de crescimento de pouco mais de 20% em 2024, ultrapassando a marca de R\$ 2 bilhões em receita. A meta inclui a abertura de 300 novas lojas até 2024, com a visão de alcançar 2.000 lojas em parceria com a Nestlé até 2026.

Neofeed

McDonald's planeja chegar a 50 mil de restaurantes até 2027



O McDonald's apresentou uma visão abrangente de seus números e estratégias para orientar a empresa de fast food nos próximos quatro anos, antes do seu Investor Day, nos Estados Unidos, em 6 de dezembro.

Uma das principais ênfases foi o plano de expansão delineado pelo grupo, que abriu espaço para incorporar elementos como inteligência artificial, nuvem e a busca por fortalecer os laços com os frequentadores das lanchonetes.

“Estamos traçando um caminho claro para o crescimento futuro, ao mesmo tempo em que fortalecemos a marca, a presença global e o ecossistema digital”, afirmou

Chris Kempczinski, CEO do McDonald's.

A primeira iniciativa destacada foi a meta de atingir 50 mil restaurantes em todo o mundo nos próximos quatro anos, implicando na abertura de mais de 8,8 mil unidades, considerando a base atual de 41.198 lojas. A empresa enfatizou que essas inaugurações representarão o “período de crescimento mais rápido” de sua história.

Além disso, o McDonald's almeja adicionar 100 milhões de consumidores, atingindo uma base total de 250 milhões de usuários ativos em seu programa de fidelidade até 2027, respondendo por US\$ 45 bilhões em vendas anuais.

A rede também expres-

Neofeed

Leite e queijo registram retração nos preços no terceiro trimestre

No terceiro trimestre de 2023, houve uma redução de 8% nos preços dos produtos lácteos em comparação ao ano anterior, causando um impacto negativo no faturamento do setor varejista alimentar. Conforme indicado pelo estudo da Scanntech, durante esse período, o leite registrou um modesto crescimento de apenas 1% nas vendas, acompanhado por uma queda de 6% no faturamento. Desde julho, quando a retração nos preços dos produtos lácteos atingiu 13%, tem-se observado uma desaceleração contínua, chegando a -3%.

Priscila Ariani, diretora de Marketing da Scanntech, atribui parte dessa queda ao enfraquecimento do consumo e ao aumento das importações. Segundo ela, o aumento na oferta do produto, mesmo durante a entressafra, exerceu uma pressão descendente sobre os preços.

O estudo também ressalta dois outros itens da cesta de lácteos: queijo e iogurte. O preço do queijo teve uma redução de 15% no terceiro trimestre em comparação com 2022, enquanto o iogurte apresentou um aumento de 10%. Apesar disso, as vendas de queijo em 2023 foram 8% maiores em relação ao ano anterior, enquanto as de iogurte aumentaram apenas 1%.

Dentre os diversos tipos de queijo, a mussarela lidera com 61,6% do faturamento da categoria no terceiro trimestre de 2023, seguida pelo queijo tipo prato, com 8,6%. Durante esse período, o preço da mussarela registrou uma queda de 20%, resultando em um aumento de 14,2% no volume vendido em comparação com o mesmo período de 2022. Já o queijo tipo prato teve uma redução de preço de 11%, e seu volume de vendas diminuiu 0,4%. Quanto à preferência de pesagem de queijos, os consumidores brasileiros optam por unidades de peso fixo (embalagens fechadas) em vez de variáveis (a granel).

O recorte dos lácteos no estudo da Scanntech ocorre dentro da cesta de mercearia básica, que em 2023 é a maior contribuinte para a queda nos preços, enquanto bebidas e perfumaria apresentam os maiores aumentos no ano.

Super Varejo





Publicidade Legal

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4733
 Dólar (EUA) - 4,9476
 Franco (Suíça) - 5,6479
 Iene (Japão) - 0,03397
 Libra (Inglaterra) - 6,2157
 Peso (Argentina) - 0,0135
 Peso (Chile) - 0,005645
 Peso (México) - 0,2858
 Peso (Uruguai) - 0,1259
 Yuan (China) - 0,6895
 Rublo (Rússia) - 0,05478
 Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,337

3Z Jacarandá Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 12.564.237/0001-84 – NIRE 35.224.553.690

Ata de Reunião de Sócios

Aos 16/11/2023, às 10h30min, na sede social da "Sociedade", em Campinas-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Franco Alberto Pasquali; Secretário: Thiago Cardoso Teixeira Tavares. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade: **1.** Aprovar a redução do capital social, de R\$ 16.103.410,10 para R\$ 3.693.036,48, por ser excessivo. **2.** Os sócios declaram que a redução de capital social será realizada mediante a restituição em moeda corrente ao sócio 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A. **3.** Aprovar a alteração da Cláusula 2ª do contrato social da Sociedade: **"Cláusula 2ª:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.693.036,48 dividido em 369.303.648 quotas, no valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: **Sócios:** 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A – 367.195.938 Quotas – R\$ 3.671.959,38 – 93,429%; Normandie Administradora de Bens e Participações Ltda. – 2.100.210 Quotas – R\$ 21.002,10 – 0,569%; Lorraine Administradora de Bens e Participações Ltda. – 7.500 Quotas – R\$ 75,00 – 0,002%; **Total:** 369.303.648 Quotas – R\$ 3.693.036,48 – 100%. **§ 1º:** Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações sociais. **§ 2º:** Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2.002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." **4.** Aprovada a publicação da ata da reunião para conhecimento de eventuais credores da Sociedade, aguardando-se o prazo legal de 90 dias para efetivar a redução do capital social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Campinas, 16/11/2023. **Mesa:** Secretário: Thiago Cardoso Teixeira Tavares

3Z Lotus Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 12.225.715/0001-21 – NIRE 35.224.444.718

Ata de Reunião de Sócios

Aos 16/11/2023, às 11h30min, na sede social da "Sociedade", em Campinas-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Franco Alberto Pasquali; Secretário: Paulo Ricardo Soares Santos. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade: **1.** Aprovar a redução do capital social, de R\$ 6.355.550,00 para R\$ 4.764.057,00, por ser excessivo. **2.** Os sócios declaram que a redução de capital social será realizada mediante a restituição em moeda corrente ao sócio 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A. **3.** Aprovar a alteração da Cláusula 2ª do contrato social da Sociedade: **"Cláusula 2ª:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 4.764.057,00 dividido em 4.764.057 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: **Sócios:** 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A – 4.764.056 Quotas – R\$ 4.764.056,00 – 99,999%; Auvergne Administradora de Bens e Participações Ltda. – 1 Quotas – R\$ 1,00 – 0,001%; **Total:** 4.764.057 Quotas – R\$ 4.764.057,00 – 100%. **§ 1º:** Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações sociais. **§ 2º:** Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2.002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." **4.** Foi aprovada a publicação da ata da presente reunião para conhecimento de eventuais credores da Sociedade, aguardando-se o prazo legal de 90 dias para efetivar a redução do capital social mediante a respectiva alteração do contrato social a ser registrada perante a JUCESP. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Campinas, 16/11/2023. **Mesa:** Franco Alberto Pasquali – Presidente; Paulo Ricardo Soares Santos – Secretário.

3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 12.122.262/0001-08 – NIRE 35.224.220.682

Ata de Reunião de Sócios

Data, Horário e Local: 16/11/2023, às 10h00, na sede social da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Franco Alberto Pasquali; Secretário: Paulo Ricardo Soares Santos. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** **1.** Aprovada a redução do capital social, de R\$ 17.957.839,44 para R\$ 578.419,88, em razão de esse se mostrar excessivo em relação ao objeto social. **2.** A redução de capital social será realizada mediante a restituição em moeda corrente ao sócio 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A., no montante do valor capital reduzido, com a extinção de 1.737.941.956 quotas sociais anteriormente detidas pelo sócio 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A., que perfazem um total de R\$ 17.379.419,56, para manutenção do valor nominal atual após a redução do capital social. **3.** Aprovada a alteração da Cláusula 2ª do contrato social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 2ª. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 578.419,88 dividido em 57.841.988 quotas, no valor nominal de R\$ 0,01 cada uma. Nada mais. Campinas, 16/11/2023. Ass.: **Mesa:** Franco Alberto Pasquali – Presidente; Paulo Ricardo Soares Santos – Secretário.

3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 13.685.577/0001-26 – NIRE 35.225.221.399

Ata de Reunião de Sócios

Aos 16/11/2023, às 11h00min, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada/Totalidade. **Mesa:** Presidente: Franco Alberto Pasquali; Secretário: Paulo Ricardo Soares Santos. **Deliberações da Ordem do Dia:** **1.** Aprovar a redução do capital social, de R\$ 37.783.376,41 para R\$16.893.376,41. **2.** Os sócios declaram que a redução de capital social será realizada mediante a restituição em moeda corrente ao sócio 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A. **3.** Aprovar a alteração da Cláusula 2ª do contrato social da Sociedade: **"Cláusula 2ª:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 16.893.376,41 dividido em 1.689.337.641 quotas, no valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., **Quotas:** 1.689.337.615, **Valor(R\$):** 16.893.376,15, **Porticipação (%)**: 99,999998%; Normandie Administradora de Bens e Participações Ltda., **Quotas:** 14, **Valor(R\$):** 0,14, **Porticipação (%)**: 0,000001%; **Lorraine Administradora de Bens e Participações Ltda., Quotas:** 12, **Valor(R\$):** 0,12, **Porticipação (%)**: 0,000001%; **Total Quotas:** 1.689.337.641, **Valor Total(R\$):** 16.893.376,41, **Porticipação Total(%)**: 100%. **§ 1º.** Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações sociais. **§ 2º.** Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2.002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." **4.** Foi aprovada a publicação da ata da presente reunião para conhecimento de eventuais credores da Sociedade, aguardando-se o prazo legal de 90 dias para efetivar a redução do capital social mediante a respectiva alteração do contrato social a ser registrada perante a JUCESP. **Encerramento:** Nada mais. Campinas, 16/11/2023.

Adisp IV Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME 11.766.747/0001-71 – NIRE 35.300.494.008

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2023

Data/Hora/Local: 10/11/2023, 09hs, em São Paulo/SP. **Presença:** A totalidade dos acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Sra. Tama Tanzilli, presidente; Sr. Mauro Cesar Leschziner, secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) A reeleição dos atuais diretores, Sra. Tama Tanzilli, brasileira, advogada, OAB/SP sob nº 208.288 e o Sr. Mauro Cesar Leschziner, brasileiro, advogado, ambos com prazo de mandato de 1 ano a contar de 10/11/2023. (ii) Ratificam todos os atos praticados pelos Diretores da Companhia, Sr. Mauro Leschziner e Sra. Tama Tanzilli, desde a última (re)eleição até a data de registro desta ata junto aos órgãos competentes. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. (iii) Aprovam as demonstrações financeiras com relação aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022; (iv) Consignam que os documentos referidos no item "(iii)" acima ficarão arquivados na sede da Companhia; e (v) Consignam que não haverá distribuição de lucros aos acionistas tendo em vista a apuração de prejuízo neste exercício. Nada mais. SP, 10/11/23. JUCESP nº 446.174/23-3 em 21/11/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Lyon Portos e Participações S.A.

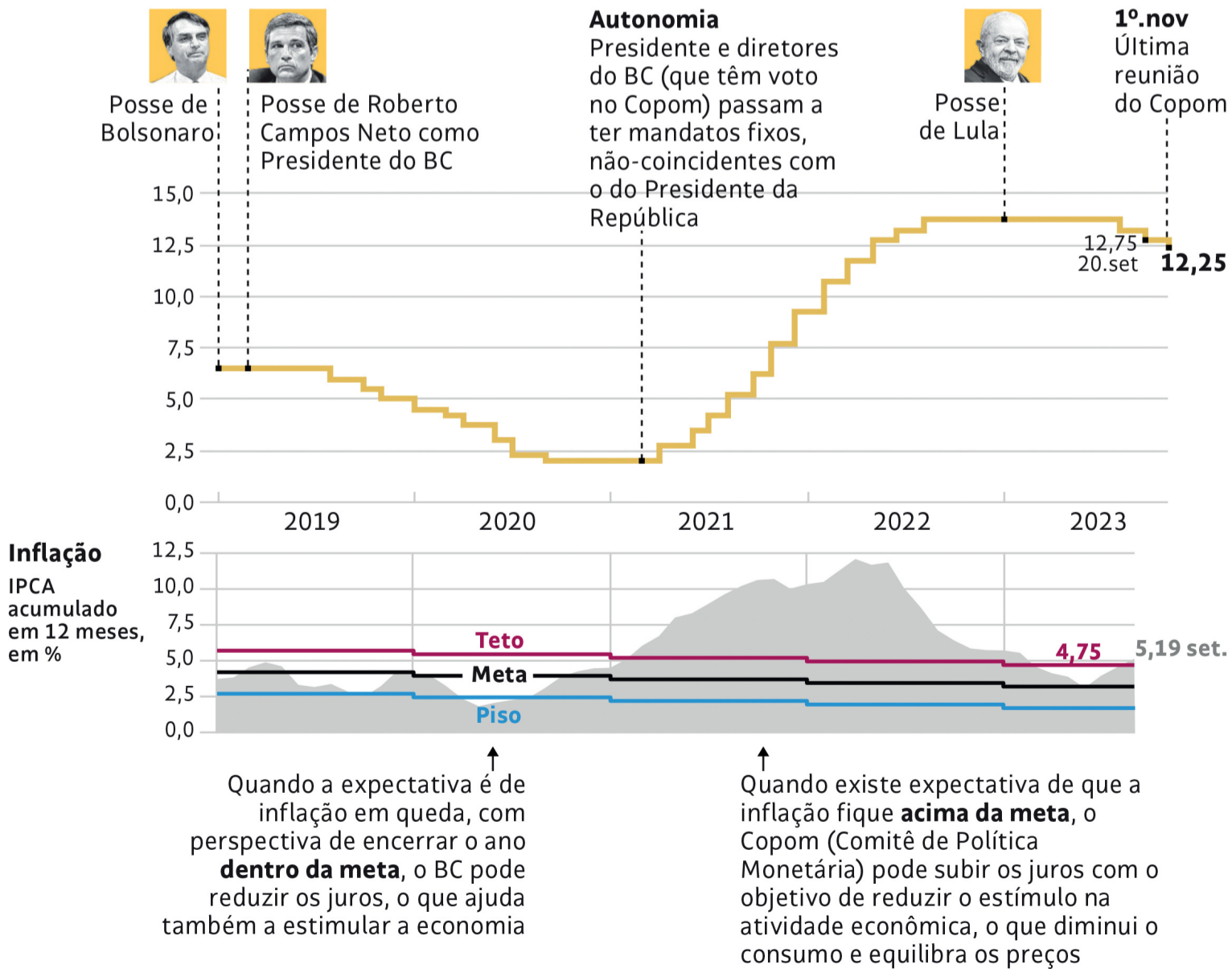
CNPJ/MF nº 47.185.477/0001-52 – NIRE 35.300.626.770

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de novembro de 2023

Data, Hora e Local: Em 23/11/2023, às 10h00, na sede da Cia.. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Nilton Bertuchi, Presidente, Luiz Guilherme Cardoso de Melo, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade:** (1) a primeira emissão, pela Cia., de debêntures conversíveis em ações, em série única ("Debêntures"), nos termos do art. 52 e seguintes da Lei das S.A., no montante total de R\$30.000.000,00, para colação privada ("Emissão"); (2) a celebração, pela Cia., do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, em Série Única, para Colocação Privada da Lyon Portos e Participações ("Escritura de Emissão"), referente à Emissão; (3) a renúncia pelos acionistas da Cia. ao direito de preferência para a subscrição das Debêntures; (4) a autorização à diretoria da Cia. tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações tomadas pela presente assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 23/11/2023. Ass.: Mesa: **Nilton Bertuchi** – Presidente; **Luiz Guilherme Cardoso de Melo** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 462.024/23-4 em 07/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Evolução da taxa básica de juros

Em % ao ano



Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

Colina na Mata Residencial Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 42.672.805/0001-21

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Balço Patrimonial em 31/12/22 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Período de 31/05/22 (início das atividades) a 31/12/22 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 31/05/22 (início das atividades) a 31/12/22 (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	2022	Período de 31/05/22 a 31/12/22		Capital social	Capital social a integralizar	Resultados acumulados	Total
Ativo não circulante							
Investimentos	15.356			45.000	(45.000)	-	-
Total do ativo não circulante	15.356						
Total do ativo	15.356						
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores	4	(22)					
Obrigações tributárias	17	(22)					
Outras obrigações	22						
Total do passivo circulante	45.000						
Patrimônio líquido							
Capital social	(29.644)						
Capital social a integralizar	(22)						
Resultados acumulados	15.334						
Total do patrimônio líquido	15.334						
Total do passivo + patrimônio líquido	15.334						

Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Financeiras do Período de
31/05/22 (início das atividades) a 31/12/22
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Colina na Mata Residencial Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, possui sede no Brasil, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 10º Andar. A Companhia foi constituída em 12/07/2021 conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição por Ações, e iniciou suas atividades em maio de 2022. A Companhia tem por objeto social (a) Venda e compra de imóveis, (b) Locação, desmembramento ou loteamento de terrenos, (c) Construção e incorporação de imóveis destinados à venda, (d) Administração e gerenciamento de aluguel de imóveis próprios. Em 23 maio de 2022, a Companhia firmou um instrumento particular de constituição de sociedade em conta de participação (Sociedade em Conta de Participação "SCP" ou IDEIA 30) no qual a Companhia investe seus recursos em

uma Sociedade em Conta de Participação em troca do recebimento futuro de 72 unidades de propriedades imobiliárias em dação, sendo qualificada como sócia participante ou "investidora". A sócia ostensiva ou "SPE" é compromissária adquirente de 4 imóveis ou terrenos localizados na zona sul de São Paulo para desenvolvimento, passando por operações de demolição e construção, de um único empreendimento imobiliário que entregará até o final de 2026 começará a comercializar a aproximadamente 774 unidades residenciais, dando a Companhia um percentual de 9,3037% no empreendimento imobiliário que irá comercializar. A Companhia tem interesse em receber as unidades autônomas em retorno do investimento total que realizará na SPE. O aporte corresponde à integralização de capital na SCP IDEIA 30 terá o valor total de R\$ 43.630.935 sendo aportado com o seguinte cronograma: a) R\$ 15.355.935 foram pagos no final do mês de maio de 2022. b) R\$ 6.525.000 serão pagos na data do registro do memorial de incorporação do empreendimento no respectivo cartório de registro de imóveis. c) R\$ 21.750.000 serão pagos em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira parcela será devida no prazo de 30 dias a contar da data de início das obras do Empreendimento. **2. Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos procedimentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo

IASB que estavam em vigor em 31/12/2022. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30/11/2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Thiago Machado da Costa - Diretor
Fabiano Rodrigues Seixas - Contador
CRC nº 1SP191.673/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e conselho de administração da Colina na Mata Residencial Empreendimentos Imobiliários S.A., São Paulo, SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Colina na Mata Residencial Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 31/05/2022 (data de início das atividades) a 31/12/2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Colina na Mata Residencial Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") em 31/12/2022 e o desempenho de suas operações para o período de 31/05/2022 a 31/12/2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base Para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Demonstrações Financeiras Comparativas:** Conforme descrito na nota explicativa número 1, a Companhia foi constituída em 12/07/2021, e iniciou as operações em maio de 2022, razão pela qual as demonstrações não estão sendo demonstradas comparativamente com o exercício de 2021. Nossa opinião não possui modificação em função deste assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações

financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho: **Investimento em Sociedade em Conta de Participação:** Consideramos o investimento em sociedade em conta de participação como um assunto relevante em nossa auditoria devido ao fato de que o ativo da Companhia é composto por este investimento, o qual impacta de forma significativa o patrimônio líquido da Companhia. Dessa forma, em função da representatividade do saldo de investimento bem como da complexidade, julgamos este assunto como foco em nossas abordagens de auditoria. **Como Conduzimos o PAA em Nossa Auditoria:** Realizamos a análise do balanço da empresa investida, avaliamos a documentação suporte referente ao investimento em sociedade em conta de participação, efetuamos teste e movimentação bancária para validar se os pagamentos estão sendo cumpridos conforme acordado. **Resultado dos Procedimentos de Auditoria Executados:** Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o reconhecimento do investimento ao valor de custo, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia é a sua administração, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor:** Pela Auditoria das Demonstrações Financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administração.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Companhia. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Blumenau - SC, 28/11/2023. **Next Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC 8.765/0-4. **Ricardo Artur Spezia** - Sócio Contador - CRC-SC 028.595/0-2.

Mockba Academia e Atividades Físicas Ltda.

CNPJ/MF nº 13.170.726/0001-14 - NIRE 35.225.090.812

Decisão dos sócios 08 de dezembro de 2023

Aos 08/12/2023, às 10h em sua Sede Social, decidem os únicos sócios da empresa, supra acima citada, pela redução do capital social de R\$ 50.000,00, para R\$ 5.000,00, por capital excessivo em relação ao objeto, conforme Artigo 1.082 da lei 10.406, de 10/01/2002 (Novo Código Civil), restituindo o valor das quotas ao sócio. São Paulo 08/11/2023.

De Campos Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 17.863.008/0001-84 - NIRE 35.300.539.257

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2023

Data, Hora e Local: em 30/11/2023, às 12h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Deborah Regina Coroneos; Secretária: Flávia de Campos Carvalho. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade:** 1. Fica aprovada a redução do capital social em R\$ 9.613.936,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia. Dessa forma, o capital social passará dos atuais R\$ 9.708.600,00 para R\$ 94.664,00, sendo a restituição do capital realizada aos acionistas mediante a transferência pela Companhia da totalidade das 301.265 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 8,36 cada, de emissão de BCDf e JR Participações S.A. de sua titularidade ("Ações BCDf"), avaliadas a valor contábil, da seguinte forma: (a) a acionista Deborah Regina Coroneos receberá 100.423 Ações BCDf; (b) a acionista Flávia de Campos Carvalho receberá 100.421 Ações BCDf; e (c) o acionista Bruno Coroneos de Campos receberá 100.421 Ações BCDf. 2. Consignou-se que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução deliberada. 3. A redução de capital ora aprovada fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: (i) publicação da presente ata antes do seu respectivo registro na JUCESP; e (ii) decurso do prazo de 60 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada por credores quirografários oposição à redução de capital ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial. 4. Aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5 - O capital social integralizado é de R\$ 94.664,00, que serão divididos em 1.250.000 ações ordinárias nominativas e 1.250.000 ações preferenciais nominativas, totalmente integralizadas e sem valor nominativo." **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 30/11/2023. Ass.: **Mesa: Deborah Regina Coroneos** - Presidente; **Flávia de Campos Carvalho** - Secretária. **Acionistas:** Flávia de Campos Carvalho; Deborah Regina Coroneos; Bruno Coroneos de Campos.

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2023

Data, Hora e Local: Aos 10/11/2023, às 11:00 horas, realizada por meio de sistema eletrônico de participação remota. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi - Secretária: Sra. Manuela Rego Duran. **5. Deliberações:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário (art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 - "LSA"), facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que, caso apresentadas, ficarão arquivadas na sede da Companhia. Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros de Administração decidem: (I) **Aprovar as Demonstrações Financeiras referentes ao terceiro trimestre do ano de 2023.** Os membros do Conselho de administração, por unanimidade, aprovaram as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao terceiro trimestre do ano de 2023, nos moldes do material apresentado, que ficará arquivado na sede da Companhia, manifestando sua concordância para o envio à CVM. (II) **Autorizar à Diretoria da Companhia e das controladas, relativa à deliberações tomadas na presente Reunião do Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração concedem autorização para que a Diretoria da Companhia e das controladas pratiquem todos os atos, registros e publicações necessários à implementação das decisões tomadas acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/11/2023. **Mesa: Julio Cezar Troiano Zogbi** - Presidente; **Manuela Rego Duran** - Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 461.862/23-2 em 08/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Lux Hotel Ltda.

CNPJ/MF nº 61.405.544/0001-28

Aviso - Abandono de Emprego

À Sa. **Tharlene Lima do Nascimento**, portadora da CTPS nº 0090912-00392 e do CPF/MF nº 379.193.958-01. Tendo Vossa Senhoria, deixado de comparecer ao trabalho desde 02 de outubro de 2023, sem apresentar qualquer justificativa válida, sendo essas faltas continuadas ao serviço e considerando que a sua função é de extrema necessidade em nossa empresa, vimos pela presente cientificá-la e comunicá-la, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 24 horas, a contar da publicação desta, para que justifique, devidamente, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, lembramos que se as faltas excederem mais de 60 dias (2 meses) sem a devida justificativa, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, o que nos autoriza a contratar outra pessoa para assumir sua função, ficando vossa senhoria demitido por abandono de emprego, devendo a sua demissão dar-se por justa causa na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis do Trabalho. Esperando sua pronta providência, subscrevo-me. São Paulo, 08 de dezembro de 2023.

Lux Hotel Ltda., CNPJ/MF nº 61.405.544/0001-28

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 4,947 / R\$ 4,9476 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9639 / R\$ 4,9659 *

Turismo - R\$ 4,9771 /

R\$ 5,1571

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: +0,58

OURO BM&F

R\$ 281,200

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: &#8722;0,40%

Pontos: 126.403

Volume financeiro:

R\$ 18,751 bilhões

Maiores altas: Grupo

Soma ON (4,02%), MRV

ON (2,78%), CVC Brasil

ON (2,77%)

Maiores baixas: TOTVS

ON (-3,53%), Brasil ON

(-2,95%), 3R Petroleum

ON (-2,92%)

S&P 500 (Nova York):

0,46%

Dow Jones (Nova York):

0,48%

Nasdaq (Nova York): 0,7%

CAC 40 (Paris): -0,11%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,02%

Financial 100 (Londres):

-0,03%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,16%

Hang Seng (Hong Kong):

1,07%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,4%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,21%

Merval (Buenos Aires):

3,4%

IPC (México): 0,08%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Abril 2023: 0,61%

Maio 2023: 0,23%

Junho 2023: -0,08%

Julho 2023: 0,12%

Agosto 2023: 0,23%

Setembro 2023: 0,26%

Outubro 2023: 0,24%

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Bares e restaurantes esperam faturamento 7% maior com festas corporativas



Para os empreendedores no segmento de bares e restaurantes, dezembro sempre se destaca como o mês de maior faturamento, especialmente devido às festas e confraternizações de fim de ano. Thales Furtado, proprietário do Primeiro Bar em Brasília, eleito cinco vezes o melhor do ramo, destaca a relevância desse período, possibilitando o pagamento do 13º salário dos funcionários e a criação de uma reserva para o início do ano, quando a movimentação costuma diminuir.

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) projeta um aumento de 7% no faturamento do setor em comparação com o mesmo período do ano anterior. No Primeiro Bar, o cres-

cimento chega a quase 20% em relação a novembro, revela Thales Furtado, empreendedor que participou do Empretec do Sebrae no Distrito Federal.

Diante desse cenário, Furtado adota a estratégia de contratar mais profissionais nos fins de semana para atender à demanda crescente. A pesquisa da Abrasel indica que 35% das empresas do ramo têm a intenção de contratar funcionários.

As reservas para confraternizações no Primeiro Bar foram concentradas entre 1º e 23 de dezembro, abrangendo eventos para até 400 pessoas. O cardápio flexível é adaptado às expectativas das equipes interessadas em realizar suas festividades. Pacotes especiais para almoço, jantar

e rodízio de petiscos são oferecidos, e a preferência pela comanda individual é observada.

Luiz Rebelatto, analista de Competitividade do Sebrae, destaca a importância de os estabelecimentos estarem preparados para um grande volume de reservas e pedidos, além de garantirem pessoal e recursos suficientes para lidar com o aumento da demanda. Ele ressalta a relevância do menu especial de fim de ano, da limpeza, da decoração e do ambiente para a satisfação dos clientes.

Thales Furtado enfatiza a diversificação de alternativas para atender ao público e destaca a importância das redes sociais, responsáveis por mais de 80% das vendas do Primeiro Bar.

Agência Sebrae

Justiça de SP aceita recuperação judicial de operadora do Starbucks

O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) aceitou, na terça-feira (12), o pedido de recuperação judicial da SouthRock, operadora de marcas como Starbucks, Subway e TGI Fridays no Brasil.

Com a decisão, a companhia vai dar sequência ao seu processo de reestruturação das operações, que já foi iniciado com o apoio de consultores externos e stakeholders. Segundo a empresa, suas marcas seguirão operando normalmente durante o processo da recuperação judicial.

Em nota à imprensa, a SouthRock afirma que vai respeitar compromissos assumidos com seus credores e vai tomar as medidas legais cabíveis para agilizar a conclusão das fases processuais da recuperação judicial.

“Esta decisão estratégica tem como objetivo ajustar o modelo de negócio à atual realidade econômica e reforça

o compromisso da SouthRock em defender a sua missão e seus valores, enquanto entra em uma nova fase de desafios”, diz o fundo de investimentos.

Em 13 de outubro deste ano, a SouthRock recebeu uma notificação de rescisão da licença que dava direito ao uso da marca Starbucks no Brasil. O aviso chegou em meio a negociações de repactuação do contrato. O fundo de investimentos havia atrasado o pagamento previsto no acordo de licenciamento.

Semanas depois, no fim do mesmo mês, o pedido de recuperação judicial foi feito à 1ª Vara de Falências da Justiça de São Paulo. Logo depois, várias lojas da Starbucks pelo país foram fechadas e funcionários relataram demissões.

Em 1º de novembro, a Justiça de São Paulo negou o pedido de tutela de urgência feito pela SouthRock para suspender a rescisão do acordo de licenciamento.

Folhapress



Magazine Luiza estreia o Magalu Cloud com ambição de tornar Brasil uma potência em tecnologia



O Magazine Luiza estreou na terça-feira (12), em sua sede na cidade de São Paulo, a Magalu Cloud, primeira nuvem pública do Brasil desenvolvida pela companhia, que promete baratear os custos desse serviço a todos os tipos de negócio do país.

O foco da Magalu Cloud é ajudar as empresas brasileiras a se digitalizar, oferecendo preços mais acessíveis, já que as opções disponíveis hoje no mercado têm seus valores indexados ao dólar.

Segundo o diretor da Magalu Cloud, Christian “Kiko” Reis, a tecnologia oferecerá redução de 30% a 75% dos custos que as empresas no Brasil têm hoje com o serviço de nuvem.

A nuvem do Magalu for-

nece serviços de infraestrutura computacional essenciais e opera com data centers, ou centro de processamento de dados, em duas regiões: uma delas na Grande São Paulo desde 2021 e a outra na região de Fortaleza, no Ceará, lançada em 2022.

A companhia ressalta que todos os recursos provisionados e gerenciados pela Magalu Cloud são hospedados integralmente em infraestrutura física que está sob seu próprio controle, desde data centers a máquinas físicas e equipamentos de rede.

Durante evento que reuniu cerca de 400 pessoas, diretores da companhia defenderam que o lançamento coloca a varejista em uma nova era tecnológica.

“A gente, no Brasil, já lutou para ser autossuficien-

te em petróleo, a gente já é uma referência em aviação mundial. A gente já é uma referência em exportação de commodities, a gente ocupa uma posição estratégica no mundo conectado. Por que não fazer o mesmo com tecnologia? Por que o Brasil tem que ser um país só do agro?”, disse o diretor-presidente do Magalu, Frederico Trajano.

“Tem que ajudar o agro a diversificar, para não dependermos só dessa força e potência da economia brasileira. Por que não ter autossuficiência de dados? Por que não investir na própria tecnologia? Por que não prestigiar uma empresa que está investindo na tecnologia? Criticar em vez de ir lá ajudar e construir junto? Por que não favorecer?”, emendou.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress